

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.161 - SP (2019/0207579-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : RENATO TUFI SALIM - SP022292  
ALDIR PAULO CASTRO DIAS - SP138597  
LUIZA DIAS MARTINS - RJ179131  
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA - SP344647  
BRUNO FONSECA DE OLIVEIRA - SP396665  
**RECORRIDO** : LUCILENE MARTINS RIBEIRO PAIXAO  
**RECORRIDO** : SINVAL SOUZA PAIXAO  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO SAMUEL DA SILVEIRA - SP094243  
JAYME FERREIRA DA FONSECA NETO - SP270628

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. DANOS MORAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO BASEADA NA EXTENSÃO DO DANO SUPOSTADO POR CADA UM DOS AUTORES. ART. 944 DO CÓDIGO CIVIL.

1. Hipótese em que o Tribunal estadual, ponderando as peculiaridades do caso concreto, salientou que houve abalo emocional e psicológico aos autores, motivo pelo qual entendeu ser cabível a condenação por danos morais.

2. Conforme se extrai do aresto objurgado, os prejuízos foram suportados igual e individualmente por cada um dos ocupantes do imóvel, os quais, diante do ocorrido, demandaram conjuntamente em juízo, pleiteando a reparação dos danos.

3. Não há razões plausíveis para que, diante do constatado pela Corte *a quo*, a condenação fosse direcionada a um ou outro autor isoladamente, uma vez que, no mundo dos fatos, um único evento pode ser capaz de irradiar danos aptos a atingir a esfera subjetiva de uma pluralidade sujeitos.

4. Como bem salientado pela parte recorrente, o art. 944 do Código Civil, a indenização mede-se pela extensão do dano. E foi justamente assim que Corte local procedeu. Ou seja, uma vez aferida a extensão do dano causado aos autores da demanda, reconheceu-se a procedência do pleito indenizatório.

5. Para o acolhimento da tese exposta nas razões do recurso especial, seria necessário que esta Corte analisasse o grau de lesividade do ato danoso praticado pela recorrente, bem como o dano suportado por cada um dos autores, providência esta incabível neste momento

processual, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ.

6. Recurso Especial não conhecido.

## **DECISÃO**

1. Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA SEGURADORA S.A. com fundamento no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

**APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO HABITACIONAL.**

Bem imóvel objeto de seguro imobiliário, assolado por intensas chuvas, com danos estruturais. Sentença de procedência, com a condenação da seguradora ao ressarcimento das despesas para reparos no imóvel danificado e indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00. Insurgência da requerida. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA Ação fundada em contrato de seguro, sendo a ré a seguradora, de onde se extrai a pertinência subjetiva da demanda, que não guarda qualquer nexo com a discussão quanto ao efetivo dever de indenizar, próprio ao mérito da demanda. EVENTO COBERTO. Alegação de que os danos decorreram de vícios intrínsecos do bem que não encontra amparo no conjunto probatório. Imóvel financiado pela CEF menos de seis meses antes do evento, com realização de laudo por engenheiro que atesto as condições de habitabilidade do bem e ausência de vícios construtivos, sendo concretamente apurado pela prova pericial que os danos foram causados por evento externo, consistente em chuvas intensas na região no período correspondente. Risco coberto que resulta no dever de indenizar os danos sofridos. DANOS MATERIAIS. Dever de restituição dos valores pagos pelos autores para realização dos reparos em decorrência da inércia da seguradora a seu dever de indenizar, de forma a evitar o agravamento dos riscos e o comprometimento do estado do imóvel. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. Situação que acarretou sentimentos intensos de intranquilidade e violação ao bem estar dos autores, com abalo emocional e psicológico. Quantum indenizatório, contudo, que deve ser reduzido para que haja justa reparação, sem enriquecimento indevido. Fixação em R\$ 10.000,00 a cada autor. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 692-698).

Nas razões do recurso especial (fls. 213-223), a parte recorrente aponta violação do art. 944 do Código Civil, sob o argumento de que o Tribunal *a quo*, "...mesmo

delimitando a extensão dos danos, condenou a seguradora a pagar danos morais muito além dos prejuízos sofridos pelos segurados".

Acrescenta que, "...tendo sido constatado que houve um único dano, causado globalmente e de forma igual a ambos os recorridos, a condenação em danos morais para cada um deles se mostra abusiva, em claro descompasso com a referida norma legal".

Contrarrazões às fls. 715-718.

É o relatório.

DECIDO.

2. A irresignação não prospera.

Em seu recurso especial, a parte recorrente se insurge contra a condenação por danos morais, decorrentes de um único evento danoso, a serem pagos a cada um dos autores da ação.

O Tribunal de origem, ao dirimir a questão controvertida, consignou (fls. 680-681):

(...)

E frente a esta situação, bem andou o magistrado ao reconhecer a violação à moral dos autores.

Não se está diante de simples aborrecimento próprio a relações contratuais, por força de simples interpretação de cláusula contratual pela ré. O seguro é de imóvel residencial e basta examinar as fotografias para se constatar que diante das rachaduras e trincas surgidas o imóvel precisou ser avaliado até mesmo pela Defesa Civil para verificação de risco de desabamento, que em sua terceira visita, realizada em fevereiro, descreveu-se necessidade de intervenção imediata (fls. 149).

E portanto, considerando o período próprio a intensas chuvas, como o são os meses de janeiro e fevereiro, a situação do imóvel poderia ficar ainda mais comprometida caso o fenômeno natural se repetisse, evento suficiente a tirar o sossego dos moradores da casa.

E a despeito dessa constatação, não apenas a indenização foi negada, como houve demora até mesmo na realização da própria vistoria, efetivada mais de

um mês após o evento, a despeito da possibilidade de agravamento dos riscos, não apenas do próprio bem, mas da integridade dos autores, que apesar de contratar seguro para verem-se protegidos em momento de infortúnio, tiveram que suportar os custos da reforma por sua própria conta para acautelar-se de maior prejuízo.

Tudo isso resulta na percepção de que se está diante de evento que resultou em sentimentos com intensidade para causar abalo emocional e psicológico aos autores, gerando ansiedade, inquietude, violação a seu bem estar, aptos ao reconhecimento da violação a sua moral.

Contudo, tenho que se mostra excessivo o valor da indenização frente aos parâmetros que devem nortear seu arbitramento, tais como capacidade econômica das partes, a intensidade e repercussão da ofensa, além do propósito didático da penalidade, elementos que resultam na redução do montante fixado para R\$ 10.000,00 a cada autor, de forma a que se

estabeleça justa reparação, sem enriquecimento indevido.  
(...)

Sabe-se que o *quantum* indenizatório deve observar a proporcionalidade entre o evento danoso e aquilo que se pretende reparar, sendo necessária uma análise cuidadosa em sua definição, de modo a conferir a compensação adequada ao caso concreto.

Na situação ora em apreço, o Tribunal estadual, ponderando as peculiaridades da demanda, salientou que houve abalo emocional e psicológico **aos autores**, motivo pelo qual entendeu ser cabível a condenação por danos morais.

Veja-se que, conforme se extrai do aresto objurgado, os prejuízos foram suportados igual e individualmente por cada um dos ocupantes do imóvel, os quais, diante do ocorrido, demandaram conjuntamente em juízo, pleiteando a reparação dos danos.

Desse modo, assevero que a tese apresentada em recurso especial não se sustenta, uma vez que não há razões plausíveis para que, diante do constatado pela Corte *a quo*, a condenação fosse direcionada a um ou outro autor isoladamente, uma vez que, no mundo dos fatos, um único evento pode ser capaz de irradiar danos aptos a atingir a esfera subjetiva de uma pluralidade sujeitos.

Como bem salientado pela parte recorrente, o art. 944 do Código Civil, a indenização mede-se pela extensão do dano. E foi justamente assim que Corte local procedeu. Ou seja, uma vez aferida a extensão do dano causado aos autores da demanda, reconheceu-se a procedência do pleito indenizatório.

A propósito, são diversos os casos em que esta Corte reconheceu a procedência dos danos morais a mais de um autor. Confira-se (grifamos):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL. CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART.  
1.022 DO CPC/2015. RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL.  
TROCA DE BEBÊS EM MATERNIDADE.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022 do CPC de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à sua pretensão, mas suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. No tocante à responsabilidade civil de entidades hospitalares e clínicas, esta Corte de Justiça firmou orientação de que: "(i) as obrigações assumidas diretamente pelo complexo hospitalar limitam-se ao fornecimento de recursos materiais e humanos auxiliares adequados à prestação dos serviços médicos e à supervisão do paciente, hipótese em que a responsabilidade objetiva da instituição (por ato próprio) exsurge somente em decorrência de defeito no serviço prestado (artigo 14, caput, do CDC); (ii) os atos técnicos praticados pelos médicos, sem vínculo de emprego ou subordinação com o hospital, são imputados ao profissional pessoalmente, eximindo-se a entidade hospitalar de qualquer responsabilidade (artigo 14, § 4º, do CDC); e (iii) quanto aos atos técnicos

praticados de forma defeituosa pelos profissionais da saúde vinculados de alguma forma ao hospital, respondem solidariamente a instituição hospitalar e o profissional responsável, apurada a sua culpa profissional. Nesse caso, o hospital é responsabilizado indiretamente por ato de terceiro, cuja culpa deve ser comprovada pela vítima de modo a fazer emergir o dever de indenizar da instituição, de natureza absoluta (artigos 932 e 933 do Código Civil), sendo cabível ao juiz, demonstrada a hipossuficiência do paciente, determinar a inversão do ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, do CDC)" (REsp 1.145.728/MG, Rel. p/ acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28.06.2011, DJe de 08.09.2011).

3. No caso em exame, está configurada a responsabilidade objetiva do hospital recorrente pelos danos causados aos autores da demanda (pais e filho), em virtude da troca de bebês ocorrida em sua maternidade, pois trata-se de defeito na prestação de serviço diretamente vinculado à atividade exercida pela entidade hospitalar, nos termos do caput do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

**4. Considerando as peculiaridades do caso concreto, entende-se que não está configurada a alegada exorbitância do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais, em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para cada um dos autores, sobretudo em razão da gravidade do resultado advindo do, no mínimo, descuido do hospital de permitir a troca de recém-nascidos em seu estabelecimento.** Tal fato somente veio a ser descoberto pelos pais e filhos treze anos depois do ocorrido, o que ensejou maior consolidação da situação equivocada ao longo do tempo, aumentando sobremaneira o sofrimento psicológico dos autores ao tomarem conhecimento do evento danoso. A omissão do hospital ensejou graves consequências na vida das duas famílias envolvidas, de modo que a indenização a título de danos morais somente terá o condão de amenizar o estrago causado, além de penalizar a ora agravante por sua conduta negligente.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1097590/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 08/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA PARTE ADVERSA, PARA RESTABELECER A VERBA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS FIXADA NA SENTENÇA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior estabelece que o valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais pode ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade.

1.1. No caso, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) fixado pelo Tribunal de piso revela-se desarrazoado, porquanto ínfimo, considerando o resultado morte de familiar. **1.2. Em atenção aos princípios da**

**razoabilidade e proporcionalidade, bem assim aos precedentes do STJ em situações semelhantes, adequado o restabelecimento da sentença que fixou a verba indenizatória em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para cada um dos autores - genitores e irmã da vítima fatal.**

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1177044/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. COMPANHIA AÉREA. VALOR DA REPARAÇÃO.

ADEQUAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. **1. De acordo com a remansosa jurisprudência do STJ, somente é possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o quantum fixado for exorbitante ou irrisório, o que não ocorreu no caso em exame. O valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para cada um dos autores da ação, não é irrisório, tampouco desproporcional aos danos sofridos.**

2. No caso, o valor indenizatório prestigia os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 1170542/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018)

3. Ademais, saliento que, para o acolhimento do pedido exposto nas razões do recurso especial, seria necessário que esta Corte analisasse o grau de lesividade do ato danoso praticado pela recorrente, bem como o dano suportado por cada um dos autores, providência esta incabível neste momento processual, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2.O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que houve falha na prestação de serviço, e que o mandatário praticou ato ilícito apto a gerar o dever de indenizar;

outrossim, concluiu que não é cabível a condenação do autor por danos morais, e que não há falar em litigância de má-fé. **Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado**

**em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.**

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1115460/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. MORTE DURANTE TREINAMENTO. INDENIZAÇÃO. REVISÃO.

SÚMULA 7 DO STJ. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DA PENSÃO POR MORTE E DA INDENIZAÇÃO. PRECEDENTES.

**1. Rever o entendimento da instância ordinária, no tocante à caracterização dos danos morais, implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, segundo preceitua a Súmula 7 do STJ.**

2. Esta Corte Superior possui entendimento no sentido de ser possível a cumulação do pagamento da pensão por morte com a indenização por danos morais.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1683687/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018)

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator